

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Mario Marcondes - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Níkolás Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Serafim Venzon - Silvío Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, acompanhei a realização do encontro da juventude em Lages, promovido especialmente pela Epagri.

Srs. deputados, as informações que recebo, hoje, através da imprensa, falam sobre esse grande desafio que temos de sucessão, de continuidade da nossa agricultura familiar que produz os alimentos para a população catarinense e brasileira, que contribui, em grande parte, para as exportações de alimentos, especialmente carnes. Além disso, é responsável pela grande produção que o nosso estado, mesmo sendo pequeno, tem tido, assim como o crescimento da produção.

E qual é o papel das políticas públicas nisso tudo? Tenho convicção de que a pequena propriedade precisa do suporte de políticas públicas do estado. Não há como sobreviver, especialmente por essa função estratégica, que é trazer segurança alimentar para o país. Um país que não produz a sua própria alimentação fica totalmente inseguro. Assim, a produção dos seus próprios alimentos é importante, e o Brasil tem essa grande possibilidade pelo seu solo, pelo sol, pelas chuvas regulares, especialmente no sul do nosso país.

Então, o debate que ocorreu em Lages e pelo estado afora sobre o papel da juventude e essa mudança que está ocorrendo nos últimos anos, é fundamental para que se possa fazer uma análise profunda. Este Parlamento precisa debater isso, porque senão acabaremos perdendo, no meio rural, pessoas que são profissionais da área.

Então, entidades e empresas públicas, como a Epagri e Cidasc, têm um papel importantíssimo nisso e por isso falamos nesta tribuna, em muitos momentos, que não podemos deixar que essas empresas sejam desmontadas, porque elas cumpriram, e cumprem, um papel estratégico de provocar, na nossa agricultura familiar, a nossa juventude no sentido de olhar para o futuro, para a propriedade, e ajudar a refletir sobre o papel, a função, o tipo de produção e de que forma essa propriedade vai ter a sua renda para a continuidade da sucessão dessas propriedades.

Foi um grande encontro, mas quero também ressaltar a importância de que haja políticas públicas e de fortalecê-las.

Ontem, o deputado Gabriel Ribeiro foi muito feliz ao trazer para esta tribuna um tema que é muito importante e que precisamos aprofundar. A Epagri, a Cidasc, as políticas públicas, o Pronaf, e tantas outras políticas públicas do governo federal também são estratégicas para manter essa forma de produção que no caso, conforme o deputado levantou aqui, é o queijo serrano.

Eu tive a oportunidade de conhecer na Europa, especialmente na França, a produção de queijo, em

que cada região da França tem o seu tipo de queijo, que tem um gosto diferente e uma história alimentar. E aquele país tem muitas políticas públicas e muita legislação justamente para proteger este produto, porque a sociedade quer este produto diferenciado.

Nós, no Brasil, infelizmente, em vez de criarmos políticas públicas e incentivos, os nossos órgãos públicos, como o Judiciário, vão lá e prendem o agricultor que produz um produto diferenciado.

Precisamos avançar muito e é lamentável que ocorra isso porque estamos perdendo aquela possibilidade da mulher, do homem produzir um salame que tem um gosto diferenciado, aquele queijo que tem um gosto diferenciado. E as pessoas que moram na cidade e desde criança alimentavam-se daquele tipo de produto, acabam perdendo a qualidade desse alimento porque o estado não dá conta, o estado proíbe.

É claro que precisamos nos preocupar, como os franceses se preocupam, com a qualidade e a higiene da produção. Agora, não dá para admitir que, por causa disso, o agricultor não tenha a possibilidade de construir uma agroindústria, como eles estão falando por aí, não consiga mais produzir esse produto e acabe abandonando a produção. E a sociedade perde esse hábito alimentar, essa cultura alimentar, esse alimento com altos valores culturais, históricos, alimentares, inclusive nutricionais.

Então, esse é um dos grandes debates que precisamos enfrentar.

Também quero dizer que li, hoje, a matéria do presidente da Epagri, Luiz Ademir Hessmann, sobre esse evento e o papel da Epagri. Mas quero também contribuir com o presidente da Epagri e dizer que estou muito otimista, mesmo criando, hoje, uma situação em que os jovens podem escolher a sua profissão. Na nossa geração, éramos obrigados a ficar no campo porque não havia a possibilidade de estudar ou conseguir emprego na cidade. Hoje há emprego na cidade e possibilidade de os jovens

estudarem, fazerem uma faculdade - e há tantos jovens agricultores fazendo uma faculdade.

Agora os jovens agricultores podem ter uma opção, e queremos que a agricultura seja uma opção de vida. Esta é a lógica! Não é mais aquele discurso que se fazia, muitas vezes: vamos fixar os homens e a mulheres no campo. Não! Queremos que as pessoas optem em ficar lá com uma profissão digna, respeitada, valorizada e, a partir disso, sim, produzirem alimentos e serem agricultores familiares por uma opção de vida.

Esta é a grande novidade que temos, hoje. E a opção passa a ser extremamente atraente, inclusive economicamente. E os jovens não ficam no interior apenas pelo dinheiro - e já temos inúmeras pesquisas sobre isso -, há outros fatores que têm a ver com lazer, com locomoção. Por exemplo, haver estradas para os agricultores poderem sair das suas propriedades, para os jovens, nos finais de semana, poderem ir a um baile, a uma festa, à cidade. Enfim, há um conjunto de elementos que faz com que um jovem agricultor opte por ficar no meio rural produzindo alimentos.

Então, esse é um grande desafio. Nós já avançamos muito nos últimos anos. Eu quero destacar que uma das grandes políticas que conquistamos foi o Pronaf, no início dos anos 90, que mudou a realidade do meio rural, com financiamento mais barato, subsidiado.

A questão da habitação rural é outro tema fundamental que mantém os agricultores com uma casa digna do Minha Casa, Minha Vida, programa que financiou milhares e milhares de casas em Santa Catarina. Mais de 20 mil agricultores já foram beneficiados com casas dignas no meio rural. E agora, nesse momento mais recente, que foi a mudança da lei ambiental, diferenciando o tratamento para a agricultura familiar.

Então, esse conjunto de políticas, somando a renda urbana dos trabalhadores brasileiros que melhoram o seu poder aquisitivo e conseguem, hoje, comprar um leite produzido com valor agregado na agricultura familiar, conseguem comprar carne para se alimentar, também viabilizou uma renda maior,

um valor agropecuário muito maior na nossa agricultura familiar, nos nossos municípios.

Quero dizer que não foi possível participar do encontro em Lages, mas gostaria de cumprimentar os organizadores pela realização do encontro e parabenizar a nossa juventude, que está-se organizando em cooperativas, associações, sindicatos e fazendo a luta pela política pública para que consigamos construir sucessão familiar, a continuidade da agricultura familiar. E que não comprometa esse modelo agrícola, em Santa Catarina, de pequenas propriedades que fazem tão bem para o Brasil, para o nosso estado e para os nossos municípios. Porque os municípios da agricultura familiar do nosso estado mais potencializados, bem organizados, são os que têm o Índice de Desenvolvimento Humano melhor do nosso país.

Então, era este o registro que eu queria deixar aqui, hoje, em especial sobre o papel, as perspectivas e os desafios que a nossa agricultura familiar tem, especialmente a juventude. E um dos grandes temas da sucessão familiar é valorizar e fortalecer as políticas públicas para que a juventude sinta-se cada vez melhor no meio rural catarinense e contribua com o desenvolvimento do estado e do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jean Leutprecht, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Gostaria de saudar o deputado Padre Pedro Baldissera, que dirige os trabalhos na manhã de hoje; os demais deputados que estão participando desta sessão; e todas as pessoas que nos acompanham através da TVAL, da Rádio Alesc Digital e também presentes no nosso plenário.

Estou na tribuna, na manhã de hoje, e não era essa a minha programação, mas fui motivado por situações que ocorreram ontem. Acompanhei, durante a noite toda e hoje pela manhã, o que as redes

sociais destacaram. Infelizmente, fui procurar o site da Fesporte, tendo em vista o que há uma semana levantamos aqui em relação à preocupação e à alegria de estarmos a um ano das Olimpíadas que estarão acontecendo no Brasil.

Relatei alguns dos problemas que estão acontecendo com o nosso esporte em Santa Catarina e, no final do dia de ontem e na manhã de hoje, abri, deputado Silvio Dreveck, nosso líder de governo, o site da Fesporte em que há uma nota oficial, que mais parece uma nota de pesar, que cancela, oficialmente, a Olimpíada Escolar de Santa Catarina e também o Parajesc, competição na qual Santa Catarina foi campeã nacional no ano passado.

Pasmem, srs. deputados, deputado Dirceu Dresch: o motivo não é nem financeiro, que não há recursos para fazer o evento. Não é isso! O motivo é que não há alojamento, pois não querem prejudicar o calendário escolar.

Eu vou tomar a liberdade de ler esta nota oficial, que isso muito me preocupa, pois atuo no segmento do esporte, sei dos investimentos que os municípios fazem em função dessa categoria que, hoje, na sua 15ª edição, acredito até que seja a grande competição do estado de Santa Catarina, não superando os Jogos Abertos de Santa Catarina, pela sua tradição, mas em termos de envolvimento.

(Passa a ler.)

"Nota oficial

Em decorrência da falta de disponibilidade de alojamentos em algumas regiões, e a fim de que não seja ainda mais comprometido o calendário escolar do ano letivo de 2015, esta Fundação torna público que ficam cancelados os Jogos da Juventude Catarinense (Olesc) em todas as etapas e Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (Parajesc) na etapa estadual.

Considerando que os eventos da respectiva faixa etária já se contemplavam com a realização dos Jesc e dos Joguinhos Abertos, entendemos que o momento se reserva ao cumprimento do calendário escolar catarinense.

Marcelo Kowalski

Presidente da Fesporte" [sic]

Caros deputados, deputado Níkolás Reis, é inadmissível que se apresente um documento dessa forma, quando, ontem ainda, dirigentes da Fesporte estavam visitando municípios para conferir a questão de alojamentos, a programação, a estrutura esportiva. E hoje vejo essa nota de cancelamento.

Deputado Silvío Dreveck, de 4 a 7 de setembro, São Bento do Sul estaria sediando a fase regional leste-norte, e agora como é que fica? Como é que ficam esses mais de quatro mil atletas que estão-se programando, treinando o ano inteiro?

Já recebi vários e-mails, vários compartilhamentos no *Facebook*, cobrando e pedindo uma posição nossa, como deputado, e da mesma forma do governo do estado.

Essa é a preocupação de mais de 80 municípios que estariam, e espero que ainda estejam, participando do Olesc, que, a princípio, estava programada para a cidade de Curitiba - sabia que já existia um ruído nesse sentido.

Mas, hoje, é um dia realmente muito triste para o esporte catarinense. Se essa notícia se confirmar, teremos um prejuízo muito grande para essa categoria, uma vez que são mais de quatro mil atletas que estariam participando, são mais de 150 municípios que estão sendo prejudicados.

Tenho certeza de que essa situação não é um posicionamento do governador, isso é falta de planejamento do segmento, do setor, que vem passando por sérios problemas - isso não é de agora, isso já vem há mais tempo. E esta Casa não pode ficar calada. Esse é um desafio que estamos fazendo aqui.

Hoje à tarde, vou à Fesporte para saber mais informações, pois não há como deixarmos passar em branco essa situação.

Então, presidente, eu peço aqui o apoio de toda a Casa, porque precisamos fazer alguma coisa! O esporte não pode ser tratado dessa forma e é necessário que se tome alguma medida urgente, sob pena de terminarmos com a esperança desses jovens de continuarem no esporte. E aí não adianta construirmos mais cadeias, presídios, porque não

estamos fazendo a nossa parte, que é oportunizar lazer e esporte para a nossa juventude.

Não tinha planejado falar nesta manhã, mas essa notícia, sendo do segmento do esporte, pegou todo o estado de surpresa. Como já falei, até ontem dirigentes da Fesporte estavam visitando municípios para definir locais de competição e alojamentos, dando os encaminhamentos, e agora chegamos a essa situação. Mas essa já era uma tragédia anunciada. Os Jogos Abertos, para quem milita no meio do esporte, na questão dos municípios, oficialmente foram confirmados um dia antes de iniciar a competição. Itajaí ficou, até 24h de iniciar o evento, sem ter a certeza de que ele iria acontecer.

Eu sei que o governador está preocupado, tem a melhor das intenções no sentido de que não aconteça o pior para o esporte de Santa Catarina, mas, da forma como está sendo conduzido, não podemos admitir.

Seria este o meu desabafo. Esta é uma preocupação não apenas minha, mas de todas as pessoas que militam no esporte de Santa Catarina. São mais de 100 municípios que estariam, nos próximos, dias disputando as fases regionais, e cito São Joaquim, São Bento do Sul, Presidente Getúlio, Braço do Norte.

Então, entendo que isso não é justo com a sociedade catarinense. Por isso, hoje à tarde vou visitar a Fesporte para saber qual é o encaminhamento, se o problema é apenas alojamento mesmo. Mas entendo que isso não pode acontecer.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Pois não!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

Realmente, existe uma preocupação quanto à organização de todos os jogos, sejam os Escolares, os Jogos Abertos. E parece-me, segundo o depoimento de técnicos de diversas áreas, que a sinalização que veio da Fesporte é que hoje não há recurso para tudo que estava programado e estão tendo que eleger aquilo que pode participar.

Acredito que não é nem questão de condição e decisão do presidente da Fundação Catarinense de Esporte, porque o Marcelo é uma pessoa da área, conhecedor, dedicado. Eu acho que o que está faltando talvez seja o respaldo para eles poderem ter uma definição de prioridade de governo para que aquilo que tinha sido um compromisso possa, efetivamente, ser concretizado.

Sei que o estado está num momento de contenção de despesas, mas há jogos que são marcantes, existe um estímulo por parte de todas as escolas para a organização dos Jogos Escolares. E sabemos que, se houver organização, vai haver grande participação.

Então, quero me aliar a v.exa. Acredito que a comissão de Educação e Desporto desta Casa poderia chamar aqui o superintendente e representantes do governo a fim de que haja um entendimento dessa programação e o nosso apoio para que isso efetivamente possa ser revertido e concretizado.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Obrigado pelas considerações!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento.

Este é um assunto bastante preocupante e o nosso papel, como parlamentar, é cobrar e acompanhar. Inclusive, temos recebido muitas demandas da sociedade catarinense cobrando posições deste Parlamento. Há problemas, a entidade está sendo investigada pelo Ministério Público e a própria secretaria da Fazenda tem chamado atenção em vários momentos.

Então, deputado, nós nos somamos à sua preocupação. E, conforme o deputado Gean Loureiro falou aqui, precisamos reverter essa decisão porque os jovens desportistas catarinenses não podem pagar pela situação de uma entidade, como o Fesporte.

Já fiz, em outros momentos, algumas críticas sobre a entidade, pelo papel que ela exerce, pela dimensão que tem o esporte catarinense e pelo

apoio que precisa. E a entidade não está dando conta.

Então, precisamos de fato acompanhar de perto essa questão e cobrar a reversão dessa decisão.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Obrigado, deputado!

Esta é a nossa intenção: acompanhar e cobrar medidas urgentes para que se reverta esse quadro. Entendemos que, hoje, a Fesporte tem um calendário extenso e talvez até demais em relação às suas condições. Mas isso é um problema de planejamento.

Então, o esporte de Santa Catarina precisa ser repensado. Vamos solicitar uma audiência pública, ainda durante o período em que estivermos na Casa, para que possamos discutir e apresentar sugestões e soluções para o esporte de Santa Catarina, porque não estamos aqui para fazer a crítica pela crítica, e sim para apresentar sugestões de melhorias para o esporte em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Luiz Fernando Vampiro.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Luiz Fernando Vampiro, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PPS, PR e PSB.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, quero compartilhar um pouco a preocupação do deputado Jean Leutprecht com relação a esse cancelamento da Fesporte.

São decisões como essa que afetam principalmente os atletas, as organizações, os municípios, a comunidade como um todo e isso é

preocupante. Eu não tenho as informações precisas a respeito dessa tomada de decisão, mas, como v.exa. disse, queremos crer que não tenha partido do governador, mas da própria Fesporte, que vem passando por um período de turbulência, e essa talvez seja uma das razões que tenha partido para esse cancelamento.

De qualquer modo, cabe-nos procurar reverter esse processo, até porque se cria uma expectativa muito grande por parte dos organizadores, dos atletas que treinam o ano todo, e quando chega a hora da competição, ela não acontece. V.Exa. manifestou-se com razão, somos solidários à sua preocupação e estamos à disposição no sentido de ainda reverter isso. Se assim for possível, estaremos contribuindo neste sentido.

Por outro lado, sr. presidente, quero dizer que antes de ontem eu me manifestei a respeito do período em que o Brasil perdeu a oportunidade de fazer as reformas estruturais, de ser mais competitivo para enfrentar os desafios que ocorrem em ciclos.

Portanto, essa não foi a primeira crise e não será a última, mas, infelizmente, o Brasil não estava preparado para enfrentá-la. E, por conta disso, teremos dificuldade de superá-la, pelo ambiente econômico e, mais gravemente, pelo ambiente político que se instalou no Brasil, perdendo-se a credibilidade política, pelos envolvimento na corrupção e também por algumas atitudes tomadas no próprio Congresso. E tudo isso efeito da gestão anterior da presidente Dilma Rousseff, que, antes da eleição, dizia que estava tudo bem, tudo ótimo e, passada a eleição veio o efeito daquilo que não se corrigiu no passado.

Mas quero relembrar um pouco o que defendíamos há dez anos, ou seja, que era oportuno que o Brasil fizesse a reforma política. E lamentavelmente, deputado Jean Leutprecht, a reforma política que o atual Congresso disse que fez, na verdade não a fez, lamentavelmente.

Várias manifestações ocorreram desde 2013, quando a população foi para a rua pedir um melhor serviço público, as reformas política e

tributária. E na reforma política, lamentavelmente, repito, o que se buscou fazer foi, em outras palavras, atacar aquilo que é mais frágil, ou seja, acabar com a reeleição. Isso não vai mudar! A reeleição é um processo que permite uma avaliação da própria população. Se há aqueles que se utilizam do excesso do uso da máquina pública, há de se coibir. Agora, acabar com a reeleição, não vejo como uma solução para dizer que não vai haver mais envolvimento de recursos públicos ou privados em campanhas, ou, mais precisamente, o uso máquina pública. Aquele que quer praticar essa ação, vai fazer usando a máquina pública para eleger o seu sucessor.

Então, deputado Dirceu Dresch, não unificaram as eleições. E já falamos aqui que há convergências no Parlamento em Santa Catarina, em outros Parlamentos e na população de uma maneira geral. Não tiveram a coragem e, no meu modo de ver, o bom senso de unificar o calendário eleitoral. Para quem é bom isso? Uma eleição a cada dois anos, um gasto público e privado. Porque não é somente o gasto da campanha dos candidatos em si, mas é o do Poder Judiciário - pois todos os servidores que trabalham durante esse período têm um salário diferenciado -, são as despesas de publicidade, é o envolvimento da máquina pública no seu conjunto.

No período das eleições, a cada dois anos, praticamente não há realização de ações públicas, ou seja, de obras e outros serviços públicos, porque é proibido o repasse de recursos. Quando há eleição municipal, o município não pode fazer; quando há eleições estadual e federal, não se pode repassar.

Portanto, assume-se um mandato e no primeiro ano, o prefeito, o governador, o presidente da República vão passar organizando a sua casa, a gestão. No segundo ano, há eleição e não pode receber recurso, não se pode fazer convênios e para tudo! Vem o terceiro ano e começa a implementação de uma ação mais forte, mas já com a preocupação de que virá o quarto ano e que também

não se poderá fazer mais nada, porque vai haver eleição novamente.

Não foram capazes de unificar esse calendário eleitoral. Eu lamento muito, em nome da população catarinense e brasileira, porque os anseios da população, infelizmente, não estão sendo ouvidos pelos nossos representantes. A população está insatisfeita porque a economia vai mal e o ambiente político é péssimo. E o que poderíamos fazer para demonstrar que somos capazes de fazer algo melhor para a população, pelo menos em algumas questões que há muito tempo estão sendo reivindicadas, estagnamos, para não dizer que estamos retrocedendo.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - Deputado Silvio Dreveck, na verdade, o senhor tocou num assunto que, neste momento, está muito em moda e, infelizmente, a classe política perdeu o grande momento de fazer a diferença.

O que está acontecendo, hoje, no Congresso Nacional na verdade é um grande engodo em relação à nossa população. V.Exa. levantou algumas questões bem pontuais que fariam a diferença, caso viessem a ser colocadas em prática nas próximas eleições, como a unificação das eleições, enfim, uma série de regras poderiam ser melhoradas. E foram colocados lá dois ou três pontos que não mudaram nada na prática.

Então, infelizmente, como eleitor e cidadão brasileiro, tenho certeza de que o nosso país sente-se envergonhado com a situação que foi criada, levantada e que atualmente ainda continua acontecendo no Congresso Nacional. E, principalmente os prefeitos, que são as pessoas que mais sentem lá na base, na pele mesmo, a dificuldade de eleições a cada dois anos. E essa modificação que acontece inviabiliza praticamente as administrações.

Este seria o momento de fazermos a diferença e, infelizmente, o Congresso Nacional não foi competente, ou inteligente, ou comprometido com a

população brasileira, e isso é o estamos vendo, hoje.

Parabéns pelo seu pronunciamento! Eu acompanho a mesma linha de raciocínio.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado deputado Jean Leutprecht. Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Níkolás Reis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Níkolás Reis - Deputado Silvio Dreveck, dou este aparte para fazer coro à sua manifestação, com a qual concordo em todos os pontos. Penso que o fim da reeleição isoladamente não representa nada na reforma política e que os pontos centrais dela não foram atacados. Concordo que essa culpa é um pouco do governo, mas também atribuo a todos os partidos políticos com assento no Congresso Nacional, nas duas Casas.

Toda classe política brasileira tem responsabilidade com a reforma. O povo brasileiro ansiava por ela com uma expectativa muito grande e, infelizmente, o que se viu foi praticamente nada. Mas espero que continuemos, desta tribuna, destes microfones, cobrando dos nossos congressistas para que essa reforma saia do papel e dê uma resposta a todo povo brasileiro.

Parabéns a v.exa. pelo pronunciamento com o qual concordo na sua totalidade.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Níkolás Reis! Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Concluimos dizendo que perdemos duas oportunidades: as reformas estruturantes ainda no início do governo Lula, e agora essa reforma que dependia mais do Congresso que da presidente, no que diz respeito à reforma política, à reforma partidária. E, infelizmente, o Congresso não correspondeu aos anseios da sociedade.

Assim, como disse v.exa., vamos procurar incentivando, participando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Luiz Fernando Vampiro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bom dia, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o meu registro nesta tribuna é sobre um tema importante para nós, do sul de Santa Catarina, principalmente para os moradores da região de Laguna, mais precisamente do Farol de Santa Marta, onde uma pavimentação do acesso ao farol tornou-se uma verdadeira novela.

Nós tínhamos uma reivindicação muito forte naquela linha de trabalho, que era a pavimentação da SC-100, a rodovia que liga a balsa de Laguna até a Ponte do Camacho, em Jaguaruna, interligando os dois municípios. É uma obra importante, significativa, indutora do turismo local, para a qual foi dada a ordem de serviço no dia 19 de dezembro de 2010.

Esta obra de, aproximadamente, 16km, orçada em R\$ 20 milhões, foi entregue à comunidade com uma grande festa, com a presença do então vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, e do governador Raimundo Colombo, sendo muito festejada por toda a comunidade da Cigana, das praias e da região como um todo. É uma obra importante, sem dúvida nenhuma.

Mas a questão é que essa pavimentação foi dividida em dois lotes, ou seja, a SC-100 que liga os dois municípios - obra essa de 16km - foi realizada pela empresa Setep. E houve outra obra, a da SC-100 até o Farol de Santa Marta, ou seja, a ligação 2,2km, que foi muito discutida em virtude da APA da Baleia Franca e das dunas móveis que lá se encontram. Ela, na verdade, foi licitada e a empresa vencedora foi a Mendes, da região de

Tubarão. Uma obra de 2,2km, orçada, aproximadamente, em R\$ 2,7 milhões, foi iniciada com atraso, não em 19 de dezembro de 2010, mas em 11 de maio de 2011.

Depois de várias discussões, essa obra foi licitada e realizada com a modalidade de paralelepípedos. Houve um entendimento, naquele momento, que era importante o paralelepípedo para preservar as características naturais. E foi uma reivindicação feita pela APA da Baleia Franca, a área de proteção ambiental daquela região. Mas, efetivamente, isso vem causando um transtorno muito grande para a comunidade.

A obra contemplava a sua drenagem, a pavimentação e também a contenção das dunas móveis, ou seja, de areia. A empresa Mendes subcontratou e, na verdade, abandonou a obra. E abandonando a obra, obviamente pelos ventos fortes que sopram naquela localidade em virtude que o farol é uma ponta que avança no mar, aconteceu uma situação muito complicada na região.

Há uma reivindicação muito forte do *trade* turístico, das pousadas e dos pescadores de forma artesanal para que, na verdade, haja um caminho a ser perseguido não de paralelepípedos, mas, sim, de asfalto. E aí deflagrou-se outro processo muito complicado nesse sentido, tendo em vista que foi feita essa readequação, uma vez que o Deinfra terá que fazer nova licitação, em virtude do abandono da obra pela empresa Mendes. E aí foi requerida à Fatma, pelo Deinfra, uma licença ambiental fazendo a substituição do paralelepípedo para a pavimentação asfáltica.

Na verdade, esse processo foi deflagrado e o Deinfra não expediu a licença ambiental, pois está esperando um parecer da APA da Baleia Franca para saber se há possibilidade ou não da troca desse pavimento. E nesse jogo de empurra-empurra, os moradores estão numa situação complicada. São mais de três mil moradores naquela localidade e não há sequer um posto de saúde, somente uma escola onde os professores não conseguem chegar. O turista encontra uma estrada muito interessante, que é a

SC-100, mas os 2km de acesso ao farol de Santa Marta são terríveis.

Na segunda-feira, houve uma audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores de Laguna, e um protesto forte, principalmente do *trade* turístico, dos pescadores, da Associação de Bares e Restaurantes daquela localidade, pois está chegando uma nova temporada e não há qualquer tipo de expectativa de conclusão dessa obra para a comunidade.

Então, diante desse fato, houve muitas colocações contundentes com relação à comunidade presente. E houve um protesto que me chamou muito atenção, com uma faixa que dizia: "Viva as baleias e morram as pessoas". Foi uma frase muito forte, mostrando o calor e o sentimento da comunidade do Farol de Santa Marta, que não aguenta mais essa situação complicada.

Portanto, queremos fazer o registro nesta Casa e, obviamente, estamos entrando com requerimento cobrando explicações da Fatma acerca da celeridade da expedição dessa licença ambiental. E também, obviamente, do Deinfra acerca desse novo processo licitatório, uma vez que somente havia uma participante da licitação no certame público e, automaticamente, ela abandonou a obra, ou seja, não existe a segunda colocada.

Mas já estamos numa pré-temporada de verão e a comunidade efetivamente precisa ter um indutor da economia local - esperam dez meses pelos meses de janeiro e fevereiro. Por isso, estamos cobrando e marcando também uma audiência com a presidente da APA da Baleia Franca para que possamos ter uma solução terminativa e que o processo licitatório seja deflagrado.

Então, gostaria de fazer esse registro em relação à parte da infraestrutura.

No domingo, às 15h, na Ponte do Camacho, houve uma paralisação do acesso com um protesto clamando por mais segurança pública. Obviamente que v.exas. sabem que a questão da segurança pública e de um maior efetivo da Polícia Civil e da Polícia Militar tem sido uma recorrente solicitação - e

vejo hoje aqui policias da Aprasc - que nós, parlamentares, temos recebido diuturnamente.

O aumento da criminalidade é algo que tem-se tornado uma constante não apenas em Santa Catarina, mas em todo o país, pela epidemia das drogas, principalmente o crack, além de outras situações que temos que nos ater em relação à educação familiar, à nova metodologia das famílias.

Isso tem acontecido de uma forma muito intensa, mas há situações que são *sui generis*. Cito como exemplo o Camacho, que tem mais de 1.200 residências que, automaticamente, no inverno ficam à mercê, já que não há nenhum posto policial naquela localidade de Jaguaruna. E em Jaguaruna o delegado não reside naquela comarca, mas, sim, em outra.

Por isso que ontem, juntamente com uma comitiva de Jaguaruna, Sangão e Treze de Maio, além dos prefeitos, presidentes da Câmara de Vereadores e a sociedade civil organizada, solicitamos ao comandante-geral da Polícia Militar que se transforme em Pelotão da Polícia Militar aquela companhia sediada no município de Jaguaruna representando esses três municípios, para que possamos ter, efetivamente, um trabalho mais forte da Polícia Militar.

Também fizemos também uma visita à Polícia Civil solicitando que o novo delegado que assumir a comarca resida lá para que haja um maior envolvimento e para que ele participe das questões atinentes às reuniões do Conseg e da comunidade.

Foi uma reunião muito produtiva e gostaria de parabenizar o comandante pela forma carinhosa e atenciosa que tem-nos tratado. É claro que dentro das suas limitações, mas o comandante da Polícia Militar, coronel Paulo Henrique Henn, vem tratando essa questão de uma forma muito intensa.

Então, eu gostaria de fazer esses dois registros importantes atinentes à comunidade de Laguna e também ao Farol de Santa Marta e Jaguaruna. São questões importantes, relativas à segurança e à infraestrutura, que precisamos avançar para que a temporada de 2016 seja muito

boa naquela região e possamos resgatar, efetivamente, a autoestima daquelas pessoas que têm trabalhado intensamente na proposição.

Por isso, gostaria de parabenizar todos que lá estão-se organizando de uma maneira coerente: o João Baiuka, dono da maior pousada no Farol de Santa Marta que está-se organizando de uma forma muito intensa; a Associação dos Moradores do Farol de Santa Marta; e as associações de moradores e de veranistas do Balneário do Camacho. Essa é uma forma de organizarem-se e inteirarem-se com a Câmara de Vereadores, com o município, com os órgãos e também com esta Casa nesse sentido.

Então, pedimos a atenção das autoridades para essas duas ações que são importantes nesse sentido.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade para fazer um registro da Festa do Colono, realizada no município de Siderópolis, que contou com um show gratuito do cantor Michel Teló, da dupla Marlon e Maicon e da cantora Marília Dutra, sendo que mais de 50 mil pessoas passaram pelo município de Siderópolis.

Quero cumprimentar os presidentes da festa, sr. Wilson Scaini e a Jucélia Longo Scaini, e também, obviamente, em nome de todos os servidores públicos municipais de Siderópolis, o prefeito Hélio Roberto Cesa, carinhosamente chamado como Alemão. Foi uma festa muito bonita, da qual nós, juntamente com vários deputados da bancada do sul, participamos.

Conclamo todos para participarem hoje, às 20h, de outra Festa do Colono, mas não mais na região Amrec, e sim da Amesc, em Turvo, município este administrado pelo prefeito Ronaldo Carlessi, que considero o melhor prefeito de Santa Catarina e um dos melhores do país, pela gestão inovadora que esse grande empresário de sucesso vem realizando.

A Festa do Colono começa hoje, às 20h, em Turvo, um próspero município que tem na base da agricultura a rizicultura, a sua mais forte ação, sendo exemplo para todo o país e exterior também. E, na verdade, as empresas produzem também sementes, e não somente a plantação como um todo.

Então, a partir de hoje até domingo teremos desfiles de tratores e da mais bela colona, além de outras inúmeras atrações. Por isso, gostaria de conclamar todos para prestigiarem a Festa do Colono, no município de Turvo.

Também teremos a Festa de São Roque, padroeiro do município de Morro da Fumaça. Enfim, haverá várias festividades das quais temos que participar, levando, obviamente, a representação da Assembleia Legislativa e dos nobres deputados nesse sentido.

Por isso, sr. presidente, agradeço esta oportunidade.

Quero cumprimentar o deputado Mario Marcondes, o deputado Silvio Dreveck, líder do governo, todos os demais deputados presentes no plenário e dizer que aquela é uma situação realmente muito incoerente para a comunidade, pois aquele é um balneário de extremo desenvolvimento. O farol foi criado em 1891 e essa é uma reivindicação muito antiga. Às vezes, fica um jogo de empurra, empurra pelos órgãos ambientais, e quem sofre são os moradores, a comunidade e a sociedade como um todo.

Por isso, nós, parlamentares, temos que nos esforçar no sentido de solucionar o problema para que em 2016 aquela comunidade possa ter um novo alento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Agradeço ao deputado Luiz Fernando Vampiro, que fez a sua manifestação muito inspirado nesta manhã de quinta-feira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero, nesta manhã, abordar questões relacionadas à Segurança Pública de Santa Catarina. E aproveito a

oportunidade para cumprimentar os representantes da Aprasc que estão aqui presentes acompanhando a tramitação das medidas provisórias que estão gerando um debate importante, pois há posições divergentes. Enfim, acho que será importante esse acompanhamento e esse debate que vai acontecer nas nossas comissões técnicas para depois a matéria vir a plenário. E nós também estamos empenhados em discutir isso e debater aquilo que é o melhor para a Segurança Pública do estado.

Mas quero me referir não especificamente a essas medidas, porque elas estão agora em debate e passarão pelas comissões - e depois haverá audiências, um momento oportuno de debater -, mas, sim, às questões relativas ao número do efetivo tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, pois temos recebido diariamente correspondências de prefeitos e reivindicações do estado afora solicitando mais policiais. Também temo-nos engajado nessa luta e feito diversas ações nesse sentido.

Gostaria de destacar, de forma muito especial, que recebemos um documento bem embasado de um grupo de pessoas, os excedentes dos concursos da Polícia Militar de Santa Catarina, que nos traz alguns argumentos importantes.

Primeiramente, e está no documento, mas tenho também dito com frequência isso, há muitos anos que nós nos mantemos em Santa Catarina com um número de policiais relativamente estabilizado, na faixa de 11 mil policiais. Se analisarmos, deputado Nícolas Reis, o ano de 1980, veremos que Santa Catarina tinha cerca de 3,5 milhões de habitantes e possuía uma faixa próxima a 11 mil policiais. Hoje, temos praticamente quase sete milhões de habitantes e estamos relativamente na mesma faixa de 11 mil policiais.

É evidente que alguém poderia dizer que foram contratados. Sim, foram contratados, não são os mesmos 11 mil policiais, mas temos em torno de 70 a 80 policiais que dão baixas todos os meses, segundo informação do próprio comandante da Polícia Militar, quando conversamos sobre esse assunto um dia desses aqui na Assembleia

Legislativa, de forma informal. E dão baixas por diversas razões, seja por aposentadoria, para trabalhar em outra função, por problemas de saúde ou até mesmo em função de morte de policial. Enfim, por diversos motivos. Portanto, seria preciso que todos os meses 60 a 70 policiais fossem contratados apenas para repor aqueles que já fazem parte do efetivo.

Um dado interessante é que nos concursos realizados nos anos 2010, 2011 e 2012 foi aproveitado um número maior até de vagas do que os candidatos inicialmente previstos na realização dos concursos.

No ano 2013, foram realizados dois concursos pela Polícia Militar de Santa Catarina - e estou usando dados do documento que recebi. O primeiro disponibilizou mil vagas, sendo 940 masculinas e 60 femininas. Desse total de vagas masculinas, apenas 755 foram preenchidas, o que seguiu o mesmo ritmo dos concursos até então realizados. O segundo concurso, no mesmo ano, ofereceu 500 vagas masculinas, obtendo apenas 327 candidatos aptos a entrar para a escola.

Neste contexto, cabe ressaltar que durante todos esses anos a média do último candidato e da última candidata convocados para ingressar na Polícia Militar de Santa Catarina foi cinco, salvo um edital que baixou a nota para quatro, o que se difere muito do atual concurso, em que a média do último candidato apto é de 5.2.

Vejam que nos concursos anteriores a média era cinco, e houve até um adendo num deles baixando para quatro, e não preencheu todas as vagas. Agora, nesse concurso, elevou-se a nota média de corte dos candidatos para 5.2, e no caso das candidatas para sete, totalizando assim, aparente, o elevado nível dos candidatos que devem concorrer nesse certame.

Outro item que difere dos certames anteriores é a validade do concurso. Esse atual tem mais candidatos aptos que o número de vagas oferecidas, e possui apenas um ano de duração, renovável por mais um ano. E ao contrário dos anteriores, que era dois anos, renovável por mais dois anos.

Por isso que a sugestão que endosso neste momento, e feita por esse grupo de excedentes, é no sentido de que sejam convocados não apenas os aprovados que se encontram dentro das 658 vagas previstas no edital, mas também todos os candidatos considerados aptos nas vagas do concurso - exame de saúde, exame físico e avaliação psicológica - que se encontram fora das vagas e somam algo em torno de 1.055 homens e 99 mulheres, sendo, portanto, um total de 1.154 aprovados.

Dessa forma, então, acredita-se, até, que seriam poupados recursos dos Cofres Públicos, não havendo necessidade de tramitar outro concurso para a obtenção desses concursados.

Portanto, essa é uma questão importante que estamos colocando no sentido não somente de chamar os aprovados dentro daquele número limite inicialmente previsto, de 658 vagas, mas também que se amplie isso até o número de aprovados, e daí já teríamos pelo menos, de forma imediata, 1.154 vagas aprovadas. De imediato é forma de dizer, é claro, porque depois ainda tem que feita toda aquela parte de treinamento, a parte da escola, mas possibilitaria, pelo menos, que houvesse maior rapidez na contratação.

Assim, fizemos esse apelo ao governo do estado para que olhe essa situação. E também, no caso da Polícia Civil, o próprio governador declarou nesta semana que tem a intenção de nomear os 768 profissionais, entre delegados, agentes, escrivães e psicólogos, para atender todo o estado. Espero que de fato isso seja feito com a maior agilidade possível para que possam, então, esses efetivos, virem a se incorporar e dar uma maior estrutura para a Polícia Civil, assim como para a Polícia Militar.

Quanto às medidas provisórias que aqui tramitam, espero que possamos fazer um bom debate e as alterações, se for o caso, necessárias, assim como estudá-las com calma para que não sejam medidas que venham a causar mais entraves às ações. E se houver alguma mudança, que seja para

melhor, e não mudança que volte atrás nos direitos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Agradecemos ao deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Níkolos Reis, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham através da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público aqui presente neste plenário, eu faço questão de assomar à tribuna na presença de v.exa., deputado Silvio Dreveck, líder do governo na Casa - e eu estou há pouco mais de um mês neste Poder, mas já pude perceber que a sua liderança não é apenas no papel, mas que a exerce com muita autoridade -, para lhe fazer um apelo, e que o fiz essa semana ao governo, tendo em vista que Itajaí não tem um hemocentro e depende do Hemocentro de Blumenau, de um trabalho voluntário do Hospital Marieta Konder Bornhausen e de um convênio que o Hemocentro de Blumenau tem com a Universidade do Vale do Itajaí para a coleta de sangue daqueles doares de medula e sangue.

Mas, no caso específico, quero falar da doação de medula, porque temos um menino, em Itajaí, que está com leucemia, fato esse que mobilizou a sociedade local e sociedade catarinense de maneira geral. Assim, hoje há uma demanda e as pessoas vão ao Hospital Marieta Konder Bornhausen e à Univali querendo doar o sangue para fazer o teste de compatibilidade e são mandadas embora por falta de oferta desse serviço.

Então, quero fazer um apelo a v.exa., como líder do governo, no sentido de que leve ao governador do estado e ao secretário da Saúde essa nossa reivindicação paliativa para que, nesse momento, seja deslocada uma unidade móvel ou de alguma maneira aumente-se a oferta junto à Univali

ou ao Hospital Marieta Konder Bornhausen. Mas, num longo prazo, que Itajaí possa ser contemplada com um hemocentro. Afinal, ela é a sétima cidade em população do estado, a grande região da Amfri representa quase 10% da população do estado de Santa Catarina, e ainda não possui um hemocentro. E aí existe essa dificuldade de fazer o diálogo, porque temos que nos dirigir a Blumenau.

Então, deixo esse apelo, aproveitando a presença de v.exa., na certeza de que fará essa gestão em favor da população de Itajaí.

Uso o restante do tempo, sr. presidente, para dizer que, quando estive vereador em Itajaí por dois mandatos, fui autor de duas legislações que considero extremamente importantes. Uma delas é a legislação que regulamentou o art. 192 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, que destina bolsas de estudo à Univali, ao IFES e aos centros universitários, universidades de instituições privadas ou comunitárias, até um raio de 60km de Itajaí. Fui autor também de uma lei de bolsas de estudo para o ensino técnico, que já na nossa época começou a ter aporte de recursos do governo municipal de maneira a incentivar os nossos adolescentes para que, ao concluírem o ensino médio ou durante o ensino médio, pudessem se profissionalizar.

Fui autor também de uma gama de legislações que atenderam ao setor empresarial: uma que regulamentou as feiras de eventos, outra que regulamentou o alvará provisório, outra que regulamentou a preferência das micro e pequenas empresas nas compras de bens de serviços pelo setor público. E também, num outro viés, de várias legislações que culminaram, ao final, num grande código - legislações de proteção aos direitos dos animais.

Faço referência à Lei de Feiras e Eventos porque a nossa é uma legislação referência, paradigmática. Inclusive, no âmbito do estado há um decreto do governador que está em fase de ser revogado, já há uma comissão estudando a sua revogação. E coloco a nossa lei de Itajaí à

disposição, porque ela certamente serve de referência a outros municípios e ao estado.

Falo sobre isso, ou seja, de nós, durante aquele período na Câmara, termos conquistado legislações municipais, porque o Parlamento é muito atacado. Este Poder, que para mim é o mais importante, é muito atacado e, às vezes, as pessoas desconhecem como é importante e impactante na vida social dos municípios o trabalho do Parlamento.

Nesse sentido, quero dizer que me surpreendi muito positivamente com o trabalho na Assembleia Legislativa. Ontem, tive a oportunidade de relatar dois projetos importantes, um do deputado José Milton Scheffer e outro do deputado João Amin, e em outras comissões já relatei projetos, e posso dizer como é impressionante a responsabilidade com que esta Casa e suas comissões tratam cada proposição de cada deputado.

Então, faço este discurso no sentido de dizer que o Parlamento de Santa Catarina está de parabéns, como também está de parabéns o parlamento dos municípios do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0234/2015, 0264/2015, 0286/2015, 0290/2015, 0313/2015, 0319/2015, 0366/2015, e 0416/2015.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0077/2015, 0107/2015, 0127/2015, 0190/2015, 0191/2015, 0204/2015, 0216/2015, 0230/2015, 0243/2015, 0256/2015, 0329/2015, e 0670/2015.

Também comunica que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0004/2015, 0096/2015, 0121/2015, 0126/2015, 0152/2015, 0160//2015, 0167/2015, 0225/2015, 0237/2015, 0239/2015, 0267/2015, 0326/2015, 0623/2014, e 0696/2014.

Ainda comunica que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0292/2015 e 0419/2015.

Comunica também que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0069/2015, 0138/2015, 0171/2015, 0176/2015, 0180/2015, 0209/2015, 0235/2015, 0236/2015, 0241/2015, 0245/2015, 0251/2015, 0276/2015, 0332/2015, 0338/2015, 0342/2015, 0362/2015, 0364/2015, 0368/2015, 0381/2015, 0409/2015, 0424/2015, 0425/2015, e 0536/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Prevenção e Combate às Drogas apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0214/2015 e 0330/2015.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0200/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0010/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0043/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0149/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0165/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0242/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0470/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0147/2015, de autoria do deputado Níkolás Reis, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das obras da Escola de Ensino Médio Victor Meirelles, em Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0099/2015, de autoria do deputado João Amin, a ser enviada ao atleta Glaico França Moreira "Nego", do município de Curitiba, manifestando aplauso pela vitória no TUF Brasil 4, conquistando o título e garantindo-lhe a participação no UFC - Ultimate Fighting Championship.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0100/2015, de autoria do deputado João Amin, a ser enviada ao comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, manifestando aplauso pelo gesto do soldado PM Maikon Borba Rodrigues em produzir um vídeo alertando a sociedade sobre o golpe aplicado em caixas eletrônicos por criminosos e como proteger-se.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0101/2015, de autoria do deputado João Amin, a ser enviada ao atleta catarinense Douglas Santos Brose, manifestando aplauso pela conquista da medalha de ouro na categoria de caratê, nos Jogos Pan-Americanos realizados na cidade de Toronto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0770/2015, 0771/2015 e 0772/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Comunica também que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0644/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0645/2015, de

autoria do deputado José Nei Ascari; e 0646/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Srs. deputados, está sobre a mesa um requerimento assinado pelo líder da bancada do PMDB, deputado Antônio Aguiar, e pelos demais líderes com assento nesta Casa, pedindo a suspensão da sessão, por dez minutos, para que a excelentíssima sra. Maria de Lourdes Leiria, desembargadora do Trabalho, gestora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, possa falar sobre o relevante tema Trabalho Infantil no Estado de Santa Catarina.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Gostaria de fazer alguns registros sobre o roteiro que eu e o deputado Fernando Coruja fizemos pelo norte do Brasil no sentido de pegar assinaturas das Assembleias Legislativas para darmos entrada no Congresso Nacional a quatro emendas constitucionais que foram aprovadas por esta Casa num projeto de resolução. E coube-me fazer essa interlocução com as outras Assembleias Legislativas para buscarmos, pelo menos, 14 assinaturas de Assembleias para darmos entrada a essas mudanças no Congresso Nacional.

É bom lembrarmos às pessoas que estão-nos ouvindo quais são quatro mudanças. A primeira é aumentar a autonomia de poder de legislação das Assembleias Legislativas. No art. 22 da Constituição Federal relativo aos itens que competem privativamente à União legislar, queremos tirar alguns deles que são muito regionais e passar ao art. 24, que dispõe que os estados,

Distrito Federal e União podem legislar concorrentemente.

Esses itens que queremos tirar do art. 22 e passar ao art. 24, ou seja, de ser privativo da União legislar, passando também para os estados e o Distrito Federal legislarem, são referentes ao tema agrário, transporte e trânsito, energia elétrica, consórcios, propaganda comercial e minas e jazidas. Estes são os itens que queremos dar autonomia para que as Assembleias Legislativas também possam legislar.

Nós temos um país de tamanho continental, e somente para mostrar algumas diferenças, deputado Padre Pedro Baldissera, quero dizer que para nós, do sul, o termo rapariga é um menina nova e para o norte e nordeste rapariga é um termo extremamente pejorativo, pois é utilizado para prostitutas.

Então, vejam a diferença de uma etimologia de palavra, que para nós, no sul, rapariga é uma forma sem expressão ruim e lá é extremamente prejudicial.

O Código de Trânsito Brasileiro diz que não pode ser levada nenhuma pessoa na carroceria, seja de caminhão, caminhonete. Lá no nordeste isso é conhecido como pau-de-arara, e é comum as pessoas do interior utilizarem este tipo de transporte, já que não há o transporte coletivo.

Então, se a legislação nacional for cumprida lá no nordeste, vai prender todo mundo e deixar o povo sem o traslado.

Por isso, a importância das Assembleias Legislativas poderem também legislar sobre isso.

A movimentação de cargas e passageiros aqui é feita através de via terrestre. O camarada vai ao mercado de bicicleta, Biz, moto, carro, ônibus, táxi, ou seja, é via terrestre.

Nós fomos a Manaus e percebemos que mais da metade do transporte do Amazonas é feito via fluvial. A rodoviária de Manaus é pequena, mas, por outro lado, existem muitas portoviárias, que são locais que têm até comércio aberto para receber os barcos que vêm do interior com pessoas para comprar coisas em Manaus.

São essas regionalidades e diferenças regionais que queremos que sejam respeitadas e dada a oportunidade para as Assembleias poderem legislar.

Outro item é incluir no art. 60 o inciso IV, que dispõe que também pode ser feita uma emenda constitucional, a partir de uma ação da população, que é a chamada iniciativa popular. Quando o abaixo-assinado é de 3% do número de eleitores do Brasil, é possível dar entrada. Hoje somente podem entrar com uma emenda constitucional o presidente da República, o Congresso Nacional ou a metade das Assembleias Legislativas, que é o que estamos fazendo. Ou seja, queremos colocar também a iniciativa popular, como aconteceu no projeto de lei ficha limpa. Se a população pode se organizar e entrar com um projeto de lei, por que não pode entrar também com uma emenda constitucional?

O terceiro item é a inclusão de alguns impostos, como IOF, imposto de importação, imposto de grandes fortunas que será criado, para que possamos colocar esses impostos também na conta de participação dos municípios e estados, e aumentar o fundo de repasse dos municípios e dos estados gradualmente em 10 anos, aumentando 10%.

O quarto item é obrigar o governo a colocar 10% da sua receita bruta, não como está hoje. A legislação atual diz que o governo tem que colocar 15% da receita líquida e que pode incluir as despesas de Saúde. Estamos querendo mudar, passando para 10% da receita bruta, não podendo mais incluir as despesas nesse cálculo.

Imaginem que de 2014 para 2015, do jeito que a lei está, o governo federal vai investir menos R\$ 400 milhões na Saúde. Se estivesse do jeito que estamos propondo, buscando apoio das Assembleias Legislativas, a partir de Santa Catarina já em vigor, teríamos um acréscimo de R\$ 8 bilhões.

Estamos atrás de parceiros, de Assembleias Legislativas, para conseguirmos essas mudanças que são impressionantes e que trarão um benefício muito grande ao cidadão no seu dia a dia, nos seus estados, respeitando as suas regionalidades, dando a possibilidade de o cidadão se manifestar com

emendas constitucionais, e havendo mais recursos para as cidades, através do Fundo Municipal de Participação dos Municípios e Estados e também da Saúde.

Sr. presidente, quero registrar que eu e o deputado Fernando Coruja fomos muito bem recebidos nas três Assembleias que visitamos. Na segunda-feira fomos à Assembleia Legislativa do Amazonas, em Manaus; na terça-feira fomos na de Roraima, em Boa Vista; e ontem, quarta-feira, fomos à Assembleia Legislativa de Rondônia, em Porto Velho. E para a nossa grata satisfação, já temos quatro assinaturas, das 14 que precisamos. Ou seja, o nosso objetivo foi 100% alcançado, trazendo na mala as três assinaturas que fomos buscar para entrarmos com essas emendas constitucionais.

Quero, de maneira muito clara, em nome da Assembleia Legislativa, deixar registrada a forma carinhosa, respeitosa e ágil que fomos recebidos nas Assembleias Legislativa do Amazonas, de Roraima e Rondônia.

Pasmem os senhores: no Amazonas já foi criado o fórum para, em até 30 dias, mandar para cá os quatro projetos de resolução, sr. presidente. Em Roraima, esta semana ainda o presidente ficou de aprovar. E em Rondônia, onde estivemos ontem, na semana que vem já será aprovado.

Portanto, deputado Serafim Venzon, das 14 assinaturas de Assembleias Legislativas que estamos precisando, já temos quatro: Santa Catarina, Amazonas, Roraima e Rondônia. Visitaremos as outras Assembleias Legislativas e queremos que até outubro possamos ter, no mínimo, as 14 assinaturas para darmos entrada no Congresso Nacional, e aproveitar o deputado Eduardo Cunha, que tem pedido que as Assembleias Legislativas provoquem-no para fazer essas mudanças. E vamos provocá-lo! Eu já estou pensando que, em outubro, o fórum desta Casa já poderá marcar com o presidente Eduardo Cunha para que possamos protocolar essas quatro mudanças, com o apoio das Assembleias Legislativas.

Portanto, é motivo de muita alegria estar hoje aqui presente - e fiz um esforço grande, pois cheguei de madrugada - para fazer esse registro sobre o sucesso que foi esse nosso roteiro em busca das mudanças.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, pudemos ouvir a desembargadora, dra. Maria de Lourdes Leiria, e o dr. Ricardo Kock Nunes, que abordaram o tema sobre o trabalho infantil justamente num período em que essa atividade poderia estar atrapalhando o desenvolvimento da criança, principalmente perdendo a oportunidade de estudar e, na fase adulta, poder competir com as demais pessoas. Vejo a preocupação de diversos setores públicos justamente com essa questão da criança e do adolescente.

Eu lhe dizia que quem luta nessa área precisa ser muito persistente, senão acabará desanimando ao encontrar tantas barreiras pela frente e que não consegue evoluir.

O deputado Kennedy Nunes abordou a questão da mudança na Constituição para que as Assembleias Legislativas também possam sugerir emendas constitucionais, apresentar projeto, ter a benção da Câmara e do Congresso Nacional e depois aquela emenda ser votada. Quer dizer, apresentá-la quer dizer uma grande intenção, mas não significa que ela tenha algum efeito, ao menos até que seja aprovada.

Justamente nessa área da criança e do adolescente há uma deficiência muito grave de investimentos. Existe muita gente que quer ajudar, mas, no entanto, não há como ajudar sem o recurso financeiro. Às vezes, pensamos assim, deputado: "O governo quer"! Ele criou a lei, parecida com a Lei Rouanet, que é a do FIA - Fundo para a Infância e Adolescência -, que permite que até 6% do nosso

Imposto de Renda possa ser destinando para o FIA estadual ou municipal, e assim eles utilizarem esses recursos para executar um projeto.

Mas, infelizmente, as forças contrárias são tão grandes que de cara o Imposto de Renda... A lei diz o seguinte: "Somente pode fazer essa doação quem faz a declaração descritiva". Aquele que diz que ganhou tanto ali, tanto aqui, tanto lá, que gastou tanto com o doutor, aquele que abate, digamos, 20 ou 25% daquilo que ganhou e daí, automaticamente, chega no imposto devido, ou seja, a chamada forma simplificada, esse não pode! É Imposto de Renda também, mas esse não pode! Por que não pode? Porque a grande maioria faz assim.

As empresas podem destinar 1% do seu lucro. Ótimo! Há tantas empresas. O Imposto de Renda das empresas percentualmente é apenas 1%, mas no volume grande significa, em valores absolutos, valores grandes.

"Bom, mas as empresas que declaram o Imposto de Renda presumido"? Essas não podem! Apenas podem aquelas que declaram o Imposto de Renda sobre o lucro real, e essas são poucas. Aquelas que declaram sobre o lucro real, um grande número delas, inclusive conseguem chegar ao final do mês com um lucro negativo, porque estão devendo o financiamento, etc., e o lucro é invertido. E sobra quem? Aquelas que ainda assim conseguem vencer, agora vão fazer o depósito, então.

Teoricamente, se eu souber o nome de alguém, o número da sua conta no banco e fizer uma transferência da minha conta para a conta dele, vai ficar documentado nos dois bancos que o Serafim Venzon, da conta tal, repassou um dinheiro para a conta tal do deputado Padre Pedro Baldissera, digamos assim.

Em qualquer lugar é assim, mas para o FIA, não! Para o FIA, a pessoa vai lá, pega o número da conta, faz um esforço muito grande para poder depositar, e quando ela deposita sai um extrato dizendo que depositou tanto, tal dia, na conta do FIA de Brusque, de Itajaí, de Criciúma, de Nova Trento, de qualquer cidade.

Sai o bilhete na minha mão, coloco no bolso e agora estou tranquilo, pois ao menos eu, que sou o moço-propaganda do FIA neste estado afora... E todas às vezes que encontramos situações de crianças, fazemos a campanha para que haja recurso. Pelo menos aquele que pode fazer um esforço e deposita, ele tem o documento na mão, guarda no arquivo para quando for o momento de apresentar o Imposto de Renda, ele declarar.

Está tudo certo, declarou. Acontece que o FIA de Itajaí recebeu o dinheiro, mas não avisou ao Imposto de Renda. Eu tenho o comprovante que depusitei naquela conta, mas o Imposto de Renda não acredita em mim! Acredita num "não" do FIA! Ora, se o FIA de Itajaí não avisou que o Serafim Venzon depositou no FIA, automaticamente multa o Serafim Venzon e depois ele vem-se explicar. Aí ele vai correr atrás! E com o FIA de Brusque acontece a mesma coisa, e assim com tantos outros FIAs.

Mas por que é assim? É justamente para dificultar essa forma de repasse para o FIA. Por isso a doutora disse que é preciso que seja feito um esforço grande, é necessário teimar muito, porque até para doar para o FIA você tem que ser muito persistente, pois eles te surram depois!

Então, diante dessa situação, se o governo quisesse de fato investir na criança e no adolescente, existe um projeto na Câmara Federal que está lá há muito tempo - na época, eu era deputado federal - e de 3 a 5% seria simples, e não 6%, como é a lei do FIA! De todo o Imposto de Renda arrecadado, que é obrigatório, querendo ou não... Se você sonegar, tomará multa, e isso está certo.

Então, por que o governo não tira os 3% e faz o repasse para todos os municípios, programas nacionais que invistam de fato na criança e no adolescente?

A criança, até 6 anos, tem a creche. Mas aquela que tem entre 6 e 18, se a mãe for colher cebola, ela ficará em casa fazendo o quê? Eu entendo que ela não deve ir colher cebola, mas não deve ficar em casa fazendo nada! Ela tem que fazer

outra coisa, e não apenas ficar assistindo a Rede Globo ou outros empacotados da televisão que trazem desinformação ou informação de coisas que não deveria aprender. E quando não é conduzida por alguns outros líderes do mal para ajudar a praticar o mal, como tantos que há por aí.

Poderia haver isso, mas não existe esse programa nacional de fazer com que a criança, de 6 aos 18 anos, que está na escola por quatro horas no período matutino ou vespertino, tenha onde ficar nos outros períodos.

Hoje, por questões sociais, se o pai e a mãe precisarem ter uma grande renda para poder comprar uma porção de coisas para casa e para movimentar a economia, os dois trabalham fora de casa. E inúmeras vezes coincide que a criança está sem o pai, sem a mãe, e fica aos cuidados da rua. Graças a Deus, a nossa rua ainda é boa, mas logo vai deixar de ser.

Por isso, acho que essa discussão que a dra. Maria de Lourdes Leiria trouxe aqui é importante justamente para transformar em ações práticas aquilo que se fala muito. Mas qualquer discurso de governo que não se traduza em orçamento, que não se traduza em dinheiro para poder efetuar, é mero discurso de pessoas que querem alguma notoriedade, mas depois, na hora do orçamento, não colocam lá e, automaticamente, a ação fica impossibilitada de acontecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Agradecemos ao deputado Serafim Venzon, que fez a sua manifestação.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.